

Estado e inclusão social

Rogério L. Furquim Werneck*

Sábado, quando a longa tragédia vivida por São Paulo nem mesmo tinha chegado ao fim do primeiro dia, o presidente transmitiu a jornalistas que o acompanhavam na viagem a Viena suas primeiras impressões sobre a onda de atentados que eclodira no Estado. Achou pertinente a seguinte consideração, transcrita em *O Globo* de 14/5: “É uma cultura brasileira de confundir investimento em educação com gasto. De investir em política social com gasto. De vez em quando se cria a seguinte coisa: precisamos ter um choque de gestão. Choque de gestão significa cortar gasto, significa mandar gente embora e eu prefiro utilizar um choque de inclusão.”

A declaração dá o que pensar. E nem tanto pela tentativa de auferir ganho eleitoral fácil em meio à crise que vivia São Paulo. Seria ingênuo esperar que, a quatro meses e meio das eleições, Lula lidasse com um acontecimento dessas proporções sem um olho – ou mesmo dois – na campanha eleitoral. O que, sim, chama a atenção é que a declaração denota visão profundamente equivocada da real natureza da crise que aflorou em São Paulo, das formas de sanar as dificuldades que a geraram e da sua inter-relação com a agenda de reforma do setor público.

É bem possível que muitos anos se passem até que o País possa entender com clareza a traumática experiência que viveu há poucos dias. Mas, independentemente de interpretações mais profundas de fatos tão complexos, há aspectos da crise que saltam aos olhos. O que se assistiu em São Paulo representa falha retumbante do Estado no desempenho de um dos seus papéis mais fundamentais, que é o de garantir níveis aceitáveis de segurança e ordem pública. A falha em si não chega a ser uma novidade. Já se vinha tornando a cada dia mais patente, na esteira da flagrante deterioração dos níveis de segurança pública observados nas últimas décadas, não só em São Paulo, mas em todas as áreas urbanas de maior importância no País. O que se viu nesta semana foi tão-somente uma ruptura trágica que culminou esse longo processo de deterioração, a que uma opinião pública cada vez mais brutalizada se vem acomodando a duras penas.

Falhas similares, ainda que sem rupturas tão estrepitosas, vêm sendo observadas em muitas outras áreas nas quais os três níveis de governo têm papéis fundamentais a cumprir. Basta pensar em justiça, educação, saúde pública, saneamento, transporte de massa e ordenamento da ocupação urbana. Para ter desempenho minimamente satisfatório nessas diversas áreas, têm faltado ao Estado no Brasil institucionalização, cobrança política, foco, recursos e competência.

Não há dúvida de que esforços de construção institucional poderão tornar bem mais efetiva a ação do Estado em certas áreas. E segurança é uma delas. É também verdade que mecanismos de cobrança política mais eficazes, propiciados por avanços na reforma política e aprimoramento da legislação eleitoral, poderão contribuir para que o Estado esteja mais alinhado às reais necessidades da população. Mas não há por que esperar por tudo isso para fazer com que a ação do Estado ganhe foco e se concentre nos seus papéis precípuos, que andam tão desatendidos.

A suposta falta de recursos tem de ser qualificada. Com a economia sufocada por uma carga tributária desmedida, as despesas primárias dos três níveis de governo já ultrapassam um terço do PIB. Bem mais do que se vê em outros países em desenvolvimento onde o Estado tem mostrado desempenho muito superior. Para melhorar a qualidade do gasto, é preciso romper a rigidez dos orçamentos e conter o acesso privilegiado e crescente a recursos públicos que vem sendo dado a grupos de interesse mais influentes, em detrimento da grande maioria da população.

Crescimento econômico sustentado e universalização da presença do Estado, com o cumprimento adequado de seus papéis fundamentais, é a verdadeira política de inclusão que o País hoje requer. É o momento de o Estado fazer escolhas e dar prioridade ao que de fato importa. Ao contrário do que parece crer o presidente, racionalização e contenção de gasto público são passos fundamentais para o avanço dessa política de inclusão.

Com sorte, a experiência trágica de São Paulo talvez possa ser o divisor de águas que dará à sociedade brasileira senso de urgência para afinal começar a exigir do Estado o que lhe é de direito.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.